



## OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

**2016/2017**

De acordo com o Despacho de sua Excelência a Senhora Conselheira Procuradora-Geral da República, de 29 de Setembro de 2016, os objectivos estratégicos no âmbito das Procuradorias da República de Comarca, para o ano judicial 2016/2017 deverão ter em conta não só os parâmetros fixados no respectivo anexo – **D. Procuradorias da República das Comarcas** – mas também os resultados da actividade do ano judicial antecedente. Ano judicial para o qual foram, no momento próprio, estabelecidos objectivos específicos que, agora, importa avaliar e ter em consideração como ponto de partida para uma nova formulação.

Assim:

### **QUALIDADE NA ACCÇÃO: COORDENAÇÃO**

A articulação e agilização da actividade dos magistrados do Ministério Público na Comarca de Beja, através da instituição de redes de contacto e circuitos informais, tendo em conta as especificidades desta Comarca (ausência de especialização ao nível da investigação criminal, afastamento das instâncias da sede da Comarca, etc) poderá/deverá ser alcançada de duas formas, a implementar com maior incidência neste ano judicial:

1 – a realização de reuniões de trabalho com uma periodicidade mais curta o que até agora, por motivos diversos, não tem sido possível levar a cabo.

2 – intervenção através de instrumentos hierárquicos definidores de práticas susceptíveis de promover a circulação de informação relevante, nomeadamente:

#### **a) No âmbito da jurisdição penal:**

Suscitando a partilha de informação sobre práticas e critérios no âmbito dos institutos de simplificação processual, por forma a criar padrões de actuação uniformes e obviar a profundas



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

divergências – na determinação das situações, na escolha das injunções, na sua dosimetria – no seu uso.

**b) No âmbito da jurisdição de menores e família:**

Todos os magistrados das várias instâncias, à excepção da instância de Ferreira do Alentejo, realizam atendimento ao público no âmbito da jurisdição de família e menores.

Propomo-nos criar mecanismos de comunicação simples e céleres para que a informação recolhida nas diversas instâncias possa ser transmitida rapidamente à instância central especializada e aí serem desencadeados os procedimentos adequados.

Temos constatado, em contactos informais mantidos com o magistrado titular, alguns desfasamentos na transmissão de dados relevantes à sua intervenção, o que provoca duplicação de trabalho e intervenções retardadas.

\*

A intervenção do Ministério Público no **Conselho de Gestão** da Comarca de Beja vem ocorrendo com regularidade e eficiência em perfeita harmonia com os demais membros que o compõem.

É de realçar o espírito de franca colaboração entre todos e o respeito pelas competências específicas de cada um, não tendo ocorrido qualquer situação de conflito.

Existem, contudo, aspectos do funcionamento da Comarca que merecem alguns reparos, nomeadamente na redistribuição de funcionários decorrente do recente movimento, no qual a situação do Ministério Público não foi devidamente acautelada.

Como se referiu já por diversas ocasiões, **mormente junto da DGAJ mas sem qualquer proveito**, o quadro de funcionários da Comarca de Beja é extremamente deficitário – **o mais deficitário de todo o País** de acordo com os dados da própria Direcção-Geral -.

Neste panorama a situação do Ministério Público ainda é mais dramática. Perdeu-se mais uma funcionária do núcleo de Beja que foi promovida e colocada em Portimão. E a solução encontrada para colmatar esta ausência - e com a qual não concordamos - foi a de ir “buscar” uma



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

senhora que até agora prestava apoio ao Ministério Público na jurisdição de Trabalho, ligada ao PEPAC e com ligação apenas até Março de 2017, sem qualquer experiência e sem poder sequer praticar actos nos processos.

Vamo-nos bater para que a situação seja alterada, sob pena de se comprometer o bom andamento dos serviços.

A ocupação dos espaços e a distribuição dos equipamentos não geraram quaisquer problemas, apesar de todas as dificuldades já relatadas.

Quanto à intervenção no **Conselho Consultivo** – o qual se reuniu apenas uma vez este ano – atenta a natureza deste órgão, consuma-se na comunicação da actividade relevante do Ministério Público na Comarca, a inventariação das dificuldades e obstáculos à sua actuação – com especial acuidade, como referimos, para a ausência de funcionários do quadro.

Assumiremos como sempre nesse órgão uma postura pró-activa na denúncia de tudo o que, em nossa opinião, constitua um escolho na nossa actividade.

\*

Já aflorámos supra as diversas formas de promover a articulação e coordenação entre as várias jurisdições e as diferentes fases processuais.

Existem vários instrumentos hierárquicos em vigor destinados a introduzir alguma estabilidade e uniformidade de procedimentos nas várias instâncias, mormente quanto aos critérios de utilização do mecanismo previsto no artº 16º nº 3 do CPP – O.S. nº 8/15 de 14 de Setembro -.

Os magistrados nas diversas instâncias, com competência em matéria de investigação criminal, v.g., vêm operando em sintonia com o sr. Procurador da República na instância central cível/criminal o qual, pelos contactos que com ele regularmente mantenho, me vem manifestando apreço e satisfação pelo trabalho e colaboração prestada pelas instâncias.

Importa contudo – e a isso nos propomos – criar mecanismos que melhorem a articulação da jurisdição de família e menores com a investigação criminal, v.g., bem como entre esta e a jurisdição laboral e ainda entre a jurisdição laboral e a jurisdição cível, ao nível da representação dos trabalhadores, nomeadamente a sua representação em



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

casos de insolvência, embora neste domínio os resultados sejam bastante satisfatórios.

**QUALIDADE NA ACCÃO: REFORÇO DA DIRECÇÃO  
EFFECTIVA DO INQUÉRITO:**

Na Comarca de Beja não existem departamentos especializados para a investigação criminal.

Também não existem secções especializadas para a investigação de uma criminalidade específica.

Por falta de adequação do quadro de magistrados na sede, não foi possível organizar um departamento/secção dedicada, em exclusivo, à investigação de uma determinada tipologia criminal.

Reconhecendo as vantagens óbvias de uma investigação especializada e concentrada em um ou dois magistrados, para fenómenos como os da corrupção, criminalidade económico-financeira, cibercriminalidade o certo é que, por um lado, tais processos têm vindo a ser investigados pelo DIAP de Évora – artºs 73º nº 1 b) e 47º do EMP – e, por outro, são muito escassas as situações em que tais fenómenos ocorrem.

No entanto, já veríamos grande utilidade na criação de uma secção especializada, de **âmbito comarcão**, na qual se viesse a concentrar a investigação dos crimes de violência doméstica e de abuso sexual de menores entre outros, criminalidade com suficiente relevância quantitativa para justificar a afectação de um só magistrado.

Tal solução passa, todavia, pela colocação de mais um magistrado na sede da Comarca, o que até agora se tem revelado impossível.

Temos ainda tentado garantir um maior equilíbrio na distribuição das cargas processuais – sobretudo na sede da Comarca – procurando nivelar, sempre que possível, as flutuações das pendências através do mecanismo da afectação de processos – O.S. nº 8/16 de 14 de Setembro -.

\*

Entendemos que a percentagem de inquéritos pendentes **há mais de 8 meses** continua a ser exagerada em face do volume global do serviço de



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

investigação criminal da Comarca – **40,79%** (total de pendentes em 31 de Agosto - **2346**; total de pendentes há mais de 8 meses – **957**).

Tal significa que será necessário rectificar alguns procedimentos e propomo-nos criar um conjunto de instrumentos hierárquicos que permitam balizar os procedimentos essenciais ao bom andamento do processo, nomeadamente:

1 - identificar, logo no despacho inicial, o cerne do inquérito, estabelecendo um plano de investigação inicial que comporte as várias soluções jurídicas possíveis para o tipo de denúncia ou queixa e que deverá ser observado ainda que a investigação seja delegada em OPC,s.

2 – Estabelecer uma calendarização rigorosa para a recolha de prova, mormente em determinadas tipologias de crime mais frequentes – furto, ofensas à integridade física, violência doméstica, v.g. – para que os prazos de conclusão do inquérito não venham a ser excedidos.

3 – Aumentar o nível de intervenção do magistrado nos casos de delegação para que, devolvido o processo, não se venha a verificar que a investigação está incompleta.

\*

Tendo em vista uma maior harmonização e uniformização de práticas e formas de actuação dos órgãos de polícia criminal na sua interacção com o Ministério Público, tendo em vista ganhos de qualidade e produtividade, vêm-se realizando periodicamente reuniões com os OPC,s, de índole essencialmente prática, com o objectivo não só de esclarecer dúvidas e procedimentos, mas também de uniformizar entendimentos, por vezes divergentes e geradores de perplexidades.

Tencionamos continuar e potenciar, sempre que possível dada a dimensão territorial da Comarca e a ausência de mecanismos eficazes de substituição, tal prática que, em muitos domínios, tem contribuído para resolver vários mal-entendidos – vd. a propósito a acta de reunião com a GNR de Beja – Acta nº 3/16 – SIMP de 27/6/16 -.

**QUALIDADE NA ACCÇÃO: VISÃO INTEGRADA DA INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NAS DIFERENTES FASES PROCESSUAIS E INSTÂNCIAS:**



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

Salvo algumas situações pontuais – caso da instância central cível/criminal – a implementação de procedimentos específicos tendo em vista o melhoramento da ligação entre as diversas fases do processo-crime não se impõe como uma verdadeira necessidade já que é quase sempre o **mesmo magistrado** que inicia e termina o processo – a ausência de especialização assim o determina -.

Contudo, foram criados - e irão ser desenvolvidos - procedimentos específicos de controlo – ainda em 2015 – de decisões das Procuradorias locais, pelo sr. Procurador da República na instância central cível/criminal e foram ainda mantidos alguns canais de comunicação de informação nos processos remetidos para aquela instância, através dos quais flui toda a informação relevante recolhida no inquérito, para o magistrado que assegura a representação do Ministério Público na fase de julgamento.

Não nos foram reportadas pelo sr. Procurador da República quaisquer deficiências que pudessem ter comprometido a sua actuação.

\*

Não foram também reportadas deficiências na transmissão de informação entre as instâncias - designadamente a instância central criminal - e a execução de penas. Não têm surgido problemas com a liquidação e contagem de penas e os elementos necessários à realização dos cúmulos jurídicos têm sido fornecidos atempadamente e com precisão.

Foi-me reportado um caso - insusceptível de solução por via de instrumento hierárquico – de conflito na determinação do Tribunal competente para a suspensão de cumprimento de uma pena e afectação do recluso a outro processo onde também tinha pena a cumprir.

\*

É possível implementar procedimentos que permitam uma actuação uniforme do Ministério Público nas várias instâncias, nomeadamente nos processos que transitam entre umas e outras.

Em fase de recurso, v.g., será sempre possível recomendar o conhecimento e análise das posições que o Ministério Público da respectiva Distrital vem assumindo nas várias sedes de intervenção.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

Por outro lado seria útil estabelecer – fá-lo-emos se se julgar curial – formas de contacto entre o magistrado que tem de acompanhar o processo no Tribunal Superior e o magistrado na 1ª instância por forma a encontrar justificação para qualquer tomada de posição não inteiramente compreendida.

**QUALIDADE NA ACCÃO: VALORIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO EM JULGAMENTO:**

Os dados estatísticos que fomos recolhendo ao longo do ano judicial 2015/2016, nomeadamente de **Setembro de 2015 a Junho de 2016**, permitem-nos concluir que a intervenção do Ministério Público na fase de julgamento – processos-crime com intervenção do **Tribunal colectivo e singular** em toda a Comarca – atingiu patamares de qualidade, pelo menos se se tomar como padrão o grau de sucesso das acusações deduzidas – **715 processos julgados e 115 absolvições** – percentagem de **16,08%** -.

É verdade que o “sucesso”, só por si, poderá não ser sinónimo de qualidade.

Mas o insucesso certamente não é.

E aqui haverá que atribuir, pelo menos, algum crédito a este indicador.

Haverá que continuar a fomentar uma atitude pró-activa em julgamento, na qual o Ministério Público detenha verdadeiramente a iniciativa da produção de prova, sem se secundarizar perante a intervenção do Juiz, batendo-se eficazmente na defesa da acusação e sem receio de confrontar, sempre que necessário, os demais intervenientes do processo.

Haverá ainda que estabelecer mecanismos de verdadeiro escrutínio das decisões judiciais, ultrapassando o conformismo/comodismo e reagindo por via de recurso perante qualquer discordância fundamental.

**CELERIDADE: DECISÃO DE MÉRITO EM TEMPO ÚTIL:**





PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

O recurso à aplicação dos mecanismos de simplificação processual foi instituído com um dos objectivos a atingir no ano judicial transacto.

A percentagem de **50/43%** obtida em 15 de Julho de 2016, correspondente a um total de **805 inquéritos** onde se recolheram indícios para acusar e ao uso dos referidos mecanismos em **406 ocasiões**, fica ligeiramente aquém do que tinha sido projectado e que era de **60%**.

Propomos para este ano judicial incrementar o esforço que se vem verificando, **mantendo o mesmo valor**, apesar de não ter sido alcançado plenamente.

Já quanto à utilização do mecanismo previsto no artº 16º nº 3 do CPP os valores são muito mais satisfatórios: **81/51%**, correspondentes a um total de **119 processos** que seriam da competência do Tribunal Colectivo e **97 acusações** com recurso ao disposto no artº 16º nº 3 do CPP. O objectivo fixado - **70%** - foi ultrapassado e deverá ser actualizado para **75%**.

\*

Em 15 de Julho de 2016 encontravam-se suspensos provisoriamente **142 inquéritos** em toda a Comarca. As situações em que tal instituto tem vindo a ser utilizado são as mais variadas e a sua aplicação não tem levantado objecções, sendo muito raros os casos de rejeição por parte do Juiz. Dos casos que tivemos conhecimento, reportados pelos respectivos magistrados, nenhum se relacionava com a inadequação da solução ao caso concreto ou com a falta de pressupostos materiais, mas apenas com a **dosimetria** das injunções propostas, normalmente baixas. Haverá, portanto, neste domínio que afinar procedimentos, mormente nos casos de proposta de aplicação de injunções de carácter pecuniário, bem como numa adequação da escolha dos destinatários do produto dessa injunção.

A Directiva nº 1/2016 veio dinamizar e incrementar o recurso ao processo sumaríssimo em todas as unidades territoriais da Comarca.

No ano judicial transacto e em toda a Comarca de Beja o processo sumaríssimo foi utilizado em **152 ocasiões**.





PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

Tendo em consideração os números globais de acusações na Comarca, designadamente: perante Tribunal Singular – **377** – com recurso ao processo abreviado – **15** – e julgamentos em processo sumário – **107** – afiguram-se-nos bastante positivos os resultados alcançados. Continuaremos a incrementar o recurso a tal mecanismo através de um controlo mensal da prática de cada unidade orgânica e, se se vier a revelar necessário, fixando “plafonds” mínimos tendo em conta a média de todas as unidades orgânicas.

A base de dados da suspensão provisória do processo continua a ser preenchida pelos senhores magistrados, tendo-se dispensado a comunicação hierárquica individualizada de cada situação, como vinha ocorrendo até há pouco.

Registámos “lamentos” de alguns colegas pela, na sua opinião, excessiva quantidade de elementos que são obrigados a verter nessa base, o que torna morosa a operação de inserção de dados.

\*

Não ocorrem na Comarca de Beja situações de pendências excessivas. De todas as instâncias que integram a Comarca só nas instâncias de **Almodôvar**, **Ferreira do Alentejo** e **Serpa** não foi cumprido o objectivo fixado de findar o ano judicial com menos inquéritos dos que existiam no seu início.

No entanto, não valorizamos especialmente este indicador, uma vez que nos estamos a reportar a valores exíguos e que, de forma alguma, reflectem um menor empenhamento dos magistrados respectivos e que demande medidas especiais de controlo ou gestão.

A título informativo refere-se que em **Almodôvar** em 1 de Setembro de 2015 estavam pendentes **137 inquéritos** e, em 15 de Julho de 2016, **153 inquéritos**, com **9** processos suspensos.

Em **Ferreira do Alentejo**, em 1 de Setembro de 2015 existiam **108 processos** e em 15 de Julho **119**, com **11** processos suspensos.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

E em **Serpa**, em 1 de Setembro de 2015 existiam **132 inquéritos** pendentes e em 15 de Julho **150**, com **12** processos suspensos.

Mesmo em **Beja** (sede) de longe a instância com maior número de entradas – **1358 inquéritos** no período em referência – a pendência apresenta valores muito satisfatórios se considerarmos o ratio de processos por magistrado (dois). Em 1 de Setembro de 2015 estavam pendentes **946 inquéritos** e em 15 de Julho estão pendentes **779**, com **44** processos suspensos.

Apesar disso, tendo em conta as recentes alterações no quadro de magistrados nesta instância, optámos por proceder a uma reafecção de processos – O.S. nº 8/16 de 14 de Setembro – para que o volume de serviço dos dois magistrados colocados nas secções de inquérito ficasse equiparado.

Continuaremos a monitorizar, contudo, a evolução das pendências por secção e na globalidade com periodicidade, de forma a evitar o descontrolo de alguma situação.

## ÁREAS PRIORITÁRIAS

### PROTECÇÃO DAS VÍTIMAS

A concretização deste objectivo mediante a implementação de procedimentos específicos passa por identificar um núcleo central de actuação – o Despacho manda dar especial atenção às vítimas mais vulneráveis –.

Sendo certo que a distinção não implica discriminação, optaríamos por orientar o nosso esforço na protecção de três grandes categorias de vítimas:

- Menores
- Violência de género (mulher na esmagadora maioria dos casos)



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

- Idosos

Propomo-nos estabelecer procedimentos – embora alguns deles já inteiramente assumidos pelos senhores magistrados – no que toca à informação a prestar à vítima no primeiro contacto com as instâncias formais de controlo; à tutela judicial e policial; à garantia da privacidade na recolha de dados e à utilização intensiva dos mecanismos processuais previstos na lei – audição na ausência do agressor; por teleconferência, para memória futura -.

Haverá que estabelecer critérios para situações, onde devam ser desencadeados mecanismos de protecção da vítima, mediante a escolha de medidas de coacção mais centradas na sua protecção – nos casos de violência doméstica, v.g., promover o afastamento do agressor e a proibição de contactos de forma sistemática – nas agressões a idosos estabelecer procedimentos que aligeirem a comunicação com as instâncias formais extra-judiciais – segurança social, v.g. – por forma a acelerar a sua intervenção.

Genericamente, tomar especial atenção à recolha de prova testemunhal, para evitar a repetição de actos e as constantes deslocações ao Tribunal.

**DIREITOS DAS CRIANÇAS E JOVENS:**

O atendimento ao público na jurisdição de família e menores é assegurado pelos dois senhores Procuradores da República em exercício de funções nessa instância central, todas as Quartas- feiras.

Apesar disso – até 1 de Setembro de 2016 era apenas um – julgámos necessário manter para esta jurisdição o atendimento **em todas as instâncias da Comarca** (excepto em Ferreira do Alentejo, por motivos óbvios) que não têm competência na matéria. De facto, continuam a verificar-se os constrangimentos já referidos em anteriores documentos – Objectivos para 2015/2016 e relatório anual – dificuldades de acessibilidade, grandes distâncias a percorrer, ausência de uma rede de transportes eficaz – que justificaram, desde o início da reforma, tal solução.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

O atendimento é sempre realizado pelo magistrado, quer ele se realize na instância especializada, quer nas demais.

Afigura-se-nos possível incrementar a fluidez das interações entre as várias instâncias, aumentando a rapidez das comunicações e a transmissão de dados, fazendo uso do SIMP.

\*

Continua a ser uma área da actuação que ainda não alcançou os resultados desejados, apesar das alterações introduzidas no relacionamento dos senhores Procuradores com as referidas entidades – vd. O.S. nº 7/16 de 5 de Setembro -.

Por diversos motivos:

- descoordenação entre os membros das CPC,s que leva a convocação de reuniões em dias em que os magistrados estão impedidos em diligências.

- grande impreparação da maior parte dos membros dessas Comissões, originando “processos” mal instruídos.

- solicitação de intervenção do Ministério Público em situações que não se justifica, etc.

A solução terá de passar por uma alteração na distribuição de serviço.

Agendámos uma reunião para o dia 18 de Outubro – vd. Acta nº 4/16 publicado no SIMP a 19/10/16 – com uma ordem de trabalhos dedicada exclusivamente à análise desta situação. Chegou-se à conclusão de que seria necessário proceder a uma alteração profunda na distribuição de serviço, uma vez que as soluções contidas na Ordem de serviço nº 7/16 não estavam a dar os resultados pretendidos.

A solução encontrada, por consenso, passou pela **afecção e responsabilização de um único magistrado** no relacionamento com tais entidades, magistrado esse que ficará assim “liberto”, nos dias em que se



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

reúna com as CPC,s, da realização de diligências judiciais, que serão asseguradas pelo outro colega.

Operou-se assim uma alteração no paradigma de funcionamento do serviço nesta instância, que se traduzia numa distribuição igualitária – os dois magistrados dividiam o serviço do Ministério Público, a representação, o atendimento e tinham a seu cargo, cada um, metade das CPCJ,s da Comarca – para afectar **apenas um deles** ao serviço do Ministério Público e ao relacionamento com as CPCJ,s e outras instituições. Desta forma espera-se resolver uma situação que se vinha arrastando há algum tempo e que, de alguma forma, comprometia aspectos relevantes do nosso trabalho.

\*

O serviço do Ministério Público na instância central de família e menores de Beja era assegurado apenas por um único magistrado, pelo que não havia “espaço” para qualquer descoordenação.

A situação não se alterou com a afectação de uma magistrada auxiliar. Dada a proximidade física e operacional é possível manter uma troca permanente de contactos e informações, não se nos afigurando necessário introduzir alterações neste domínio.

Quanto à articulação com as instituições de assessoria e apoio importa dizer o seguinte: em Beja há **duas instituições** que dão apoio institucional quer ao Ministério Público, quer ao Tribunal - a Segurança Social/E.M.A.T e DGRSP.

A articulação, apesar das alterações introduzidas pela Lei nº 141/15 de 8 de Setembro, continua a processar-se em moldes muito idênticos aos que já ocorriam. Mormente com intervenção do instituto e da DGRSP através da elaboração de relatórios técnicos. Relatórios que são apresentados, normalmente com atrasos significativos, protelando a acção do Ministério Público e a decisão do Tribunal.

Pelas informações recolhidas junto dos magistrados que aí exercem funções, dificilmente se conseguirá reverter a situação a curto prazo. Apesar dos contactos permanentes e insistentes mantidos com as técnicas –



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

**há, portanto, um esforço de articulação** - e da troca de informações, não tem sido possível melhorar o seu desempenho. A segurança social em Beja, é-nos referido, debate-se com uma significativa redução de quadros e tem de atender a inúmeras solicitações.

Esporadicamente, entidades na área da saúde ou segurança são solicitadas para prestar apoio, mas a sua intervenção é marginal.

\*

Este foi um aspecto do trabalho do Ministério Público na jurisdição de menores objecto de profunda alteração na supra-referida Ordem de Serviço. Também aqui o relacionamento com essas instituições passou a estar a cargo de um único magistrado, sendo legítimo esperar que tal alteração se traduza numa maior assiduidade de contactos e visitas.

Afigura-se-nos ser esta a solução que melhor se adequa às características da Comarca e ao volume e dinâmica do agendamento das diligências.

\*

As vertentes da Lei nº 141/15 de 8 de Setembro que importará monitorizar, centrar-se-ão sobretudo no domínio da intervenção institucional de entidades externas ao Tribunal – artºs 20º, 22, 23º, 24º, 38º e 39º - nomeadamente e no seu contributo em ganhos de eficácia geral – uma vez que é aqui que foram concentradas as maiores inovações.

Pelas informações recolhidas chegámos à conclusão que a **assessoria técnica** vem produzindo resultados positivos, alcançando com relativa frequência acordos e contribuindo para a solução consensual dos litígios, representando, desta forma, um importante contributo para a acção do Tribunal. Pena é que também aqui ocorram os constrangimentos supra-referidos – grande morosidade na apresentação das soluções.

Não será demais continuar a insistir neste aspecto do problema – a única instituição que fornece pessoal técnico especializado é a segurança



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

social. E são as mesmas técnicas que se desdobram em diversas actividades e desempenham as mais variadas funções.

Em conclusão: **inovação globalmente positiva**, mas susceptível de melhoramento através de um redimensionamento de pessoal.

Cuja solução nos escapa.

Já o mesmo se não poderá dizer do instituto da **mediação** – artº 24º -.

A questão não é nova e não encontramos explicação plausível para o facto.

A mediação **nunca funcionou** na área da Comarca de Beja - antes e depois da reforma – nos vários domínios – laboral, penal e, agora, família e menores – em que foi experimentada. Os intervenientes recusam sistematicamente a intervenção externa ao Tribunal. Os magistrados nesta jurisdição recordam-se de um **único caso** resolvido em sede de mediação desde a entrada em vigor da Lei.

Dois factores, além de outros que possam existir mas que não descortinamos, poderão contribuir para este fracasso:

- a) grande distância a que se encontra o(s) centro(s) de mediação e,
- b) o pagamento de prestações pecuniárias, que os interessados recusam.

Outras alterações introduzidas pela Lei, não provocaram modificações sensíveis no desenrolar do processo, mantendo-se os procedimentos que já eram observados anteriormente

### **DIREITOS DOS TRABALHADORES:**

Conhecemos bem o funcionamento do Ministério Público na jurisdição laboral. Os métodos, a organização, a dinâmica e a frequência do atendimento na Comarca de Beja assentam em princípios há muito enraizados – ainda antes do subscritor deste documento aí ter prestado serviço, durante quase quinze anos – que provaram ser eficazes e





PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

contribuíram para esta magistratura ser, de longe, o principal factor de promoção dos direitos dos trabalhadores em sede jurisdicional.

O atendimento continua a ser assegurado  **pessoalmente**  pela Sr<sup>a</sup> Procuradora da República, às Quartas-feiras em regra, realizando também atendimento noutros dias da semana, sempre que se justifique, quer pela distância do local da residência do trabalhador, quer pela urgência da intervenção.

Em casos urgentes – v.g., impugnação de despedimento – o atendimento é feito independentemente do dia em que o trabalhador se apresenta.

Não vemos necessidade de proceder a quaisquer alterações nestes procedimentos.

\*

Também aqui não existe muito espaço para grandes inovações já que, por tradição, na Comarca de Beja o Ministério Público  **nunca**  reenviou tais situações (acções emergentes de contrato individual de trabalho) para o apoio judiciário, assegurando sempre o patrocínio, ainda que para trabalhadores com bons recursos económicos. O Ministério Público continua a patrocinar a  **maioria**  das acções emergentes de contrato individual de trabalho que dão entrada na instância central de trabalho de Beja.

\*

Este é também um domínio onde não têm surgido quaisquer problemas. Quer no momento de requerer a insolvência, quer no patrocínio do trabalhador quando o processo já se encontra em desenvolvimento (nas reclamações de créditos, nomeadamente), nunca ocorreu qualquer dessintonia entre a actividade na instância especializada e a instância cível (em Beja não existe jurisdição de comércio).

O Ministério Público tem uma rede de contactos estabelecida entre a Procuradoria da instância central de trabalho e as Procuradorias das



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

instâncias locais que permite a transmissão da documentação e informação necessária (traduzindo-se na elaboração e fundamentação jurídica dos pedidos pelo magistrado na instância de trabalho) e que assegura a representação atempada do trabalhador.

**JURISDIÇÃO CÍVEL:**

Como já se referiu em ocasiões anteriores é muito escassa a intervenção do Ministério Público nesta jurisdição na Comarca de Beja.

Na nossa qualidade de coordenador sectorial para o cível (bem como para o crime) temos acesso directo a todas as peças processuais elaboradas pelos magistrados em serviço na Comarca.

No **contencioso patrimonial** do Estado foi proposta **uma** acção em representação do Ministério da Administração Interna/GNR. Foram ainda propostas acções para declaração de nulidade de registo (**três**) e extinção de associação (**uma**).

Foi contestada **uma** acção do **contencioso patrimonial** do Estado/Ministério da Justiça.

Foram ainda contestadas acções no domínio da Lei nº 54/05 de 15 de Novembro (**três**).

As acções propostas e contestadas no domínio do contencioso patrimonial do Estado são seguidas pela PGD de Évora.

Os articulados que acabámos de mencionar foram bem elaborados (as acções registo já foram julgadas procedentes) tendo sido escassas ou mesmo inexistentes as alterações que entendemos introduzir.

A actuação do Ministério Público tem ocorrido de acordo com as expectativas – articulados bem fundamentados de facto e de direito e apresentados atempadamente.

Contudo, para que tal actuação possa ocorrer sem sobressaltos e em tempo, será necessário construir (quer-nos parecer que não existem) canais de comunicação entre o Ministério Público e as entidades estatais que



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

dispõem da informação relevante, nomeadamente em termos probatórios, para que a intervenção assuma a maior qualidade possível.

Confrontámo-nos com obstáculos impensáveis, v.g., quando foi necessário assegurar o pagamento da taxa de justiça em duas ocasiões, tendo sido necessária a intervenção pessoal do Senhor Procurador-Geral Distrital de Évora, dado que o organismo responsável se recusava a pagar!

A fluidez da informação deixa muito a desejar e, ainda que se utilizem as prerrogativas que a Lei confere ao Ministério Público (prorrogações de prazo) geram-se situações muito preocupantes.

Ousávamos sugerir que viesse a ser constituído um departamento/gabinete que centralizasse todos os contactos e pedidos formulados neste domínio no qual, sem uma colaboração efectiva e pronta das entidades públicas, a intervenção do Ministério Público poderá claudicar.

\*

Desde que assumimos funções como coordenador desta Comarca não ocorreu ainda qualquer intervenção do Ministério Público nas áreas da defesa do consumidor, designadamente relacionadas com práticas em ambiente digital. De todos os contactos mantidos no âmbito da Comarca foi-nos referido que, conexcionados especificamente com Beja, não foram detectadas situações que demandassem a intervenção do Ministério Público.

\*

A intervenção do Ministério Público na defesa dos direitos dos incapazes, mormente a intervenção jurisdicional, sofreu um inesperado incremento. Na verdade, verificou-se um aumento significativo do número de intervenções processuais, com a propositura de acções de interdição que, em princípio, não se vislumbra justificção.

Através de contactos com o Instituto da Segurança Social – Centro Distrital de Beja, chegou-se à conclusão que tais pedidos estavam a ser



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

promovidos indirectamente por essa instituição, junto dos familiares dos interditandos, como forma de garantir o seu ingresso em instituições de acolhimento de idosos sendo certo que, na ausência de qualquer património para administrar, o único objectivo era o de salvaguardar a posição da Segurança Social em caso de potencial conflito com quaisquer familiares.

De qualquer modo é de realçar que **nenhum pedido foi recusado** - sendo embora discutível a sua utilidade - e as acções foram – ou serão – propostas.

O Ministério Público continua a manter contactos regulares e permanentes com a **Cercibeja**, o **Centro de Paralisia Cerebral** e os diversos **lares de idosos**, quer através das respectivas direcções, quer através das técnicas do serviço social, desenvolvendo as acções necessárias à defesa dos direitos dos incapazes.

\*

### **JURISDIÇÃO DE COMÉRCIO:**

Como já se referiu, não existe instância de comércio instalada na Comarca de Beja. Os processos que, em princípio, seriam da sua competência são tramitados nas instâncias cíveis.

No que aqui importa temos a esclarecer que na Comarca de Beja está assimilada uma prática de relacionamento entre as instâncias cíveis e a jurisdição de trabalho – embora tal não conste de qualquer instrumento hierárquico – que permite a troca de informação, transmissão de documentos e assumpção do patrocínio, nomeadamente nos processos de insolvência.

Normalmente, o magistrado na jurisdição laboral colige os elementos necessários à representação do trabalhador (reclamação de créditos em regra) no processo de insolvência, elabora um resumo dos pedidos a formular – caso não exista sentença transitada – e transmite essa informação ao magistrado na instância cível que assume o patrocínio.



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PORTUGAL**  
EM DEFESA DA LEGALIDADE DEMOCRÁTICA

**PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA**  
**Coordenação**

Pela sr<sup>a</sup> Procuradora da República na instância laboral foi-me referido que tal prática tem decorrido com absoluta normalidade.

**Beja, 21 de Outubro de 2016**

**O Magistrado do Ministério Público Coordenador**

**(José Bernardo Almeida Marujo)**